



IDENTIDADE NACIONAL NA ERA VARGAS: turismo, patrimônio, política e muito mais

Autores:

Andrea de Albuquerque Vianna - UFRN - andvianna@gmail.com

Resumo:

Este artigo aborda as tentativas de elaboração de uma identidade nacional durante o período da chamada Nova República, ou Era Vargas, contando com o apoio e a participação direta de Oswaldo Aranha, companheiro firme e coerente de Getúlio Vargas quanto aos ideais propostos pela Revolução de 1930. Este trabalho se propõe a discutir as ações do Governo Vargas para a elaboração de uma identidade nacional, fazendo uso de três pilares como ferramentas de sustentação ideológica, a saber: turismo, propaganda e patrimônio. Estes elementos foram largamente utilizados para o êxito do projeto governista de se criar uma unidade cultural, política e ideológica que proporcionasse a segurança necessária para a manutenção daquele grupo no poder. Além destas questões, as atividades aqui relacionadas serviram para criar, sustentar e difundir a imagem de um país aprazível, seguro, de um povo hospitaleiro e um governante confiável, despertando o orgulho da população e conquistando a confiança de políticos, empresários e investidores para a realização de negócios que viriam a impulsionar o desenvolvimento econômico do país e sua projeção no mercado internacional. Busca-se, então, discutir a intrincada relação entre as questões referentes ao patrimônio, história e a cultura nacional com os interesses políticos vigentes nas primeiras décadas do século XX.

IDENTIDADE NACIONAL NA ERA VARGAS:

turismo, patrimônio, política e muito mais

Este artigo aborda as tentativas de elaboração de uma identidade nacional durante o período de 1930 a 1945, com Getúlio Vargas no poder, contando com o apoio e a participação de Oswaldo Aranha, que talvez tenha sido seu companheiro mais firme e coerente quanto aos ideais propostos pela Revolução de 1930.

Tratar das questões referentes à identidade nacional neste período nos impele à reflexão sobre a existência de três pilares que deram sustentação político-ideológica ao Governo Vargas: turismo, propaganda e patrimônio.

Tomando como base a pesquisa apresentada na tese de Vianna (2018), cujos dados foram obtidos a partir da análise de fragmentos da correspondência política de/para Oswaldo Aranha, encontrada nos arquivos do CPDOC/FGV, percebe-se a importância do turismo, da propaganda e do patrimônio como elementos políticos neste período e, assim, elementos determinantes para a estruturação do que se denominou como a “alma brasileira”, “jeito de ser brasileiro”, ou, ainda, o “novo homem brasileiro”, do “verdadeiro Brasil”, expressões utilizadas em profusão, principalmente durante o Estado Novo, para representar aquilo que se buscava no momento: o novo perfil do povo brasileiro e do Brasil.

A despeito de considerarmos o período da Era Vargas como o momento primordial em que ocorreram ações concretas para a construção desse novo modelo de identidade nacional, as elucubrações sobre o tema, destacando-se as ações referentes ao patrimônio, já vinham ocorrendo, mesmo que lentamente.

Sobre essa gênese do ideário do patrimônio no Brasil é possível observar que as primeiras ações rumo a uma tomada de consciência sobre a importância histórica da preservação de bens no Brasil se efetivaram com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB, e do Arquivo Nacional, no ano de 1838.

As diversas rebeliões que eclodiram após a declaração da Independência do Brasil, compunham o quadro político delicado que se instalara no país, no qual era evidente a falta de unidade de interesses e de identidade. De conhecimento deste fato, era preciso buscar a unificação em torno de elementos identitários comuns (VIANNA, 2018). A criação do IHGB representava esta possibilidade.

Originado a partir da proposta de representantes da Igreja e das Forças Armadas, associada à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB teve o apoio efetivo de Dom Pedro II, demonstrado por meio do financiamento de pesquisas e da cessão de um espaço no Paço Imperial para o desenvolvimento de suas atividades. De acordo com Fernandes (2010, p.5), o objetivo desta instituição era a construção da História do Brasil, com a recriação de um “passado homogêneo”, a solidificação de mitos de fundação e da criação de uma galeria de heróis nacionais, além da ordenação de fatos históricos, atendendo aos interesses da Nação mediante pesquisas e elaboração de biografias e estudos outros, de modo a fornecer às novas gerações, “exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria”.

O Instituto contava com a colaboração de pesquisadores estrangeiros, que enviavam ao Brasil documentos referentes à história do país, localizados nas bibliotecas da Europa. Assim, com a estruturação de um acervo documental, O IHGB deu início à construção de uma história nacional, valorizando a monarquia, a aristocracia rural e a nobreza.

Segundo Fernandes (2010), Dócio (2014), IPHAN (1987) e Bressan (2017), muitas foram as discussões acerca da questão patrimonial e identitária no Brasil, porém, algumas merecem destaque por terem resultado na elaboração de projetos de lei ou, mesmo, ações efetivas.

Em 1917, o IHGB da Bahia apresentou a proposta de José Wanderley de Araújo Pinho, para a criação da Comissão dos Monumentos e das Artes, em defesa da integridade dos bens arquitetônicos de valor histórico. Poucos anos depois, em 1920, Bruno Lobo, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, solicitou ao professor Alberto Childe, do Museu Nacional, a elaboração de um anteprojeto de lei para a proteção do patrimônio histórico nacional, priorizando o arqueológico.

A década de 1920 contou com diversas iniciativas relacionadas ao patrimônio e à identidade nacional, como se constata a seguir: no ano de 1923, o deputado Luiz Cedro, em Pernambuco, elaborou projeto para a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil; o deputado mineiro Augusto de Lima, em 1924, criou projeto para impedir a saída de obras de arte tradicional brasileira do país; no ano de 1925, Jair Lins, que participava como relator da comissão para propor medidas de defesa para os monumentos históricos de Minas Gerais, apresentou anteprojeto de lei federal para a proteção do patrimônio artístico; Em 1927 foi criada a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, na Bahia; No ano seguinte, 1928, criou-se a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, em Pernambuco.

Mesmo integrando o bloco de medidas e propostas apresentadas na década de 1920, destacamos a iniciativa de João Batista Luzardo, deputado federal do Rio Grande do Sul que, em 1929, propôs à Câmara dos Deputados a formação de um conselho técnico para se responsabilizar pela conservação da cidade de Ouro Preto, identificando sítios, monumentos e construções a serem tratados como patrimônio de Educação Nacional. Não bastando essas medidas, Batista Luzardo sugere, ainda, a nomeação de Ouro Preto como Monumento Nacional.

Em 1930, foi a vez do deputado federal baiano, José Wanderley de Araújo Pinho, apresentar projeto de lei para a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional. Com a deflagração da Revolução de 1930, este projeto, assim como as propostas de Batista Luzardo, tiveram sua votação e possível aprovação impedidas.

A partir deste ponto, a identidade nacional adquire novo status, o de elemento primordial para a política varguista, contando com a construção de monumentos e a realização de eventos e comemorações cívicas como fatores de integração e unificação nacional. Com esta nova concepção, adotou-se o projeto de resgate dos “heróis nacionais”, locais e feitos admiráveis. Desta forma, seguindo a orientação de se reconhecer e destacar lugares e personalidades de importância histórica, é que o presidente Getúlio Vargas promulga o Decreto nº 22.928, em 12 de julho de 1933, elevando a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional (VIANNA, 2018).

Lançada a semente, a busca pela valorização da história e memória nacionais, avança em direção à institucionalização das instâncias de preservação, com a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (Decreto 24.735) em 1934, sob a responsabilidade de Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional.

Após se estabelecerem as discussões citadas, verificou-se a necessidade de se apresentar esta nova identidade não apenas para o brasileiro, mas para o estrangeiro também. Criar, descobrir ou elaborar elementos de similaridade cultural, política, religiosa, ou o que mais interessasse, dentro do Brasil, deveria agora se transformar em diferencial diante da comunidade internacional. Objetivava-se, com isto, a estruturação e “venda” de uma imagem moderna, confiável e aprazível do país, seus habitantes e, certamente, de seu governante. É neste momento que se verifica, então, o crescente interesse governamental e a aproximação entre as ações atinentes às atividades de Turismo, Propaganda e Patrimônio no período de 1930-1945, quando estes segmentos passaram a ser tratados como suportes políticos, sendo submetidos a intentos de organização, controle, e investimentos pelo Governo Vargas. O propósito era transformá-los em instrumentos que pudessem dar o suporte necessário à criação de uma ideologia nacional, enfatizando a cultura brasileira e promovendo uma imagem positiva do Brasil no exterior. Os olhares do Governo Vargas para os três segmentos faziam parte do mesmo projeto; inicialmente caminhavam separadamente, porém, ao logo do processo, foi ficando cada vez mais evidente a estreita relação entre eles, na conquista dos objetivos varguistas.

Dando continuidade ao projeto de instituição de uma identidade nacional, em 1936 Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, solicitou ao escritor Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo um projeto de lei para a criação de órgão voltado para a preservação do patrimônio. No mesmo ano, Vargas autorizou o funcionamento do órgão em caráter experimental, com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a direção do jornalista Rodrigo de Melo Franco. Questões políticas atrasaram a oficialização do órgão, que só ocorreu em 30 de novembro de 1937, quando foi expedido o Decreto lei nº 25, elaborado a partir do projeto de Mário de Andrade.

No ano seguinte, 1938, o Governo Vargas passou a contar com mais um órgão de peso, responsável pela ordenação e controle rígido sobre turismo e comunicações em geral, dentre tantas outras atribuições. Delineando o apoio varguista à atividade turística, a partir de sugestão de Alzira Vargas, duas instituições fulcrais para o funcionamento do governo se uniram, dando origem àquela que manteria com firmeza a fidelidade aos princípios estabelecidos por Vargas durante o período de seu governo autoritário: o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais – SISP, coordenado por Filinto Müller e o Departamento de Propaganda – DP, dirigido por Lourival Fontes deram origem ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, cuja função inicial era ordenar o turismo no Brasil (PEIXOTO, 1960, p.361).

Ainda dentro da proposta de se traçar uma linha do tempo com as ações e reflexões sobre o patrimônio no Brasil, destaca-se que, no ano de 1940, entrou em vigor o novo Código Penal, que previa penalidades para os responsáveis por atentados ao patrimônio cultural. Instituído no ano seguinte, o decreto-lei 3.365 trataria das desapropriações por utilidade pública, considerando como relevantes a preservação de monumentos históricos e artísticos, a proteção de paisagens, e a conservação de documentos, arquivos e bens móveis de valor histórico e artístico.

Este breve histórico das ações relacionadas ao Patrimônio indica que o tema já estava em destaque, muito antes da implantação do Estado Novo. É importante ressaltar que estas iniciativas ocorriam dentro de um contexto de discussões internacionais entre os países da América Latina: as Conferências Interamericanas ou Pan-americanas, destacando-se as ocorridas no Chile (1923), em Cuba (1928) e no Uruguai (1933).

Segundo Guedes (2012, p.18), os assuntos referentes às questões culturais passaram a ser considerados como relevantes a partir da V Conferência Internacional Americana - Chile, 1923 - durante a qual a proposta de cooperação intelectual entre os países obteve êxito.

A VI Conferência – Cuba, 1928 -, resultou na criação de dois institutos direcionados para a cooperação intelectual e a preservação do patrimônio: o Instituto Pan-Americano de Geografia e História – IPGH, com sede no México, e o Instituto Americano de Cooperação Intelectual, com sede em Cuba.

O Brasil teve atuação direta no IPGH, contribuindo para que o entendimento sobre o tema se fortalecesse no País. Dentre os brasileiros que ocuparam cargos na direção da instituição, destacam-se: José Carlos de Macedo Soares, ministro de Relações Exteriores (1934-1937), presidente do IPGH entre 1946 e 1950; Conde de Afonso Celso¹, vice-presidente entre 1932 a 1938; e Oswaldo Aranha, vice-presidente do Instituto entre 1938 e 1946, coincidindo esse período com a maior parte do tempo em que estava à frente do Ministério de Relações Exteriores.

¹ Afonso Celso de Assis Figueiredo – Jornalista, advogado e professor; Presidente da Academia Brasileira de Letras (1925-1935).

A conscientização maior acerca da relevância da cultura de cada país e da América Latina, como um todo, se fez mais evidente durante a VII Conferência – Montevideu, 1933. Neste evento foram estabelecidas resoluções sobre o intercâmbio de obras de arte, sobre a proteção a monumentos, a bibliografia americana. Tiveram destaque também as recomendações para a criação de cursos que abordassem a importância e a necessidade de se preservar monumentos arqueológicos, proteger os direitos literários e artísticos das Nações e a criação de bibliotecas pan-americanas. (GUEDES, 2012)

A presença e a atuação do Brasil nessas conferências findaram por despertar a percepção do Governo Vargas sobre a pertinência de se integrar a esse movimento e se fortalecer junto às Nações presentes. Nesse contexto foi lançada a semente que germinaria no I Congresso do IPGH, no Rio de Janeiro, em 1932, quando, após o evento foi promovida uma visita à cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais, e daí surgiu novamente a proposta para alçá-la à condição de monumento nacional. A recomendação, feita por Gastão Penalva² e aprovada pelos congressistas, objetivava a proteção e a preservação da cidade histórica (VIANNA, 2018).

A despeito das ações até aqui apresentadas no decorrer das primeiras décadas do século XX, foi Vargas quem endossou a organização e a sistematização das ações e interpretações sobre o Patrimônio no Brasil, depreendendo sua importância cultural, política e ideológica.

É importante observar que as iniciativas políticas para a organização das atividades ligadas ao patrimônio no Brasil não devem ser analisadas isoladamente, sob pena de se privilegiar um ou outro fator, em detrimento de outros de igual ou maior importância. Assim, ao se contextualizar alguns momentos que acompanharam estas ações, a partir da segunda década do século XX, nos deparamos com o impacto causado pela efervescência cultural que ocorria no país, durante a qual se destacou o Movimento Modernista.

A década de 1920 foi palco dos mais diversos movimentos sociais, políticos e culturais. O Brasil, em 1922 acolheu o evento de comemoração pelo centenário da Independência, quando ocorreu a Exposição Universal do Rio de Janeiro, com vários pavilhões – nacionais e internacionais - construídos para a data e considerados pela imprensa como "deslumbrantes monumentos arquitetônicos". A Exposição, que contou com cerca de 10 mil expositores, permaneceu aberta até o ano de 1923.

Corroborando com o espírito de agitação cultural daquela época, Velloso (1997, p.02) aponta que durante o período de pós-guerra, com o ideal cosmopolita de desenvolvimento sendo suplantado pelo nacionalismo, a busca pelas raízes e o ideal de brasilidade passaram a ser o foco das preocupações dos intelectuais. É neste período que o Brasil recebe a Semana de Arte Moderna, a partir da qual tomou impulso o Movimento Modernista do Brasil. Nela estavam presentes artistas que se tornariam ícones da cultura e da arte nacional. A efervescência artística, somada à intensa movimentação política mundial, decorrente do fim da Primeira Grande Guerra, teve vazão com a publicação de inúmeras revistas e manifestos,

² Sebastião Fernandes de Sousa - Gastão Penalva – (1887-1944) – Militar e escritor, um dos fundadores do Instituto Histórico de Ouro Preto em 1931

dos quais se pode destacar: Revista Klaxon; a Revista de Antropofagia, publicada em 1928; a Revista Estética, publicada em 1924; a revista A Festa, que contava com a colaboração de Cecília Meireles, em 1927. Vale observar que muitos dos intelectuais que participaram destas publicações circularam com desenvoltura pelas instituições ligadas ao Estado Novo, o que deixa clara a proximidade existente entre a ideologia política do momento e a do Modernismo. As ideias nacionalistas que estruturavam o Movimento Modernista foram o ponto de partida para essa aproximação.

O Brasil desta época era um aglutinador de culturas das mais diversas origens. Esta configuração, certamente, contribuiu para ebulição de movimentos de artistas e intelectuais, congregando elementos trazidos por imigrantes europeus, que aqui aportaram em busca de melhores condições de vida. Dentre os novos elementos culturais presentes no país estavam também imigrantes do Japão, Síria e Líbano. Esta miscelânea contribuiu significativamente para a vida cultural, econômica e política do país. Era um tempo de mudanças e questionamentos, o que se refletia claramente nos movimentos políticos e rebeliões, a exemplo da fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922; da Coluna Prestes, em 1923; o Movimento Tenentista e a ação dos 18 do Forte, como eventos significativos que, somados a outros fatores, culminaram com a Revolução de 1930, que traria Getúlio Vargas ao poder no Brasil.

Em meio a este cenário, questões relacionadas ao patrimônio e sua preservação começaram a se consolidar, despertando a curiosidade e o interesse de membros da sociedade civil e deputados e senadores da República, que passaram a elaborar projetos de lei que atendessem às demandas referentes ao tema.

Nesta conjuntura, as ações relacionadas à atividade turística, desenvolvidas, juntamente com as discussões patrimoniais, dentro do espectro de ações voltadas à construção de uma identidade nacional, também começaram a se estruturar, levando em consideração as possibilidades de negócios entre o Brasil e outros países. Este movimento pode ser percebido por meio da correspondência entre Oswaldo Aranha, ministro de Relações Exteriores do Governo Vargas, e empresários, membros do Touring Club do Brasil, do *Club Las Tres Americas*, por exemplo, que apresentavam a necessidade de se estruturar a atividade turística no país, de maneira e viabilizar a vinda dos norte-americanos e a realização de negócios decorrentes dessa aproximação.

Este era o terreno fértil em que viria a se estruturar o mais expressivo exemplo da questão patrimonial no Brasil, sua importância, os interesses políticos que o circundavam, sua utilização como ferramenta política: Ouro Preto.

PATRIMÔNIO E ESTADO NOVO: DE MÃOS DADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SÓ BRASIL

Os caminhos percorridos no Brasil para o reconhecimento do patrimônio como elemento de valor para o país, só se concretizaram a partir da instituição do Estado Novo. A

Revolução de 1930 colocou diante de Vargas as dificuldades existentes com e entre os poderes regionais. Vianna (2018) aponta que o Brasil era formado por vários brasis, cada um com sua bandeira, seus planos e interesses. Assim, para que a Revolução funcionasse de fato, era urgente providenciar a unificação do país, dos caminhos a serem seguidos, adotando um só ideal. Fica evidente, então, que para que os conflitos cessassem, era necessário criar uma identidade nacional.

Percebe-se, então, que o Movimento de 1930 só faria sentido se atendessem a seu preceito básico de ruptura com o modelo estabelecido, era imperiosa a criação de um novo Brasil. Atrelado à implantação da Nova República³ - e de sua necessidade de renovação política, vem também um projeto de renovação cultural iniciado no Estado Novo, pois era preciso se distanciar do passado, representado pelo governo anterior e o que estivesse ligado a ele.

A Revolução de 1930 deixava, assim, de ser apenas uma revolução política para avançar sobre os aspectos culturais da Nação, objetivando fazer uso das transformações que viriam, em favor do fortalecimento do Governo. Para alcançar tal objetivo, o caminho mais curto era estabelecer a aproximação com artistas e intelectuais que pudessem, simultaneamente, trabalhar para o governo e difundir por meio de sua arte a ideologia governista. Assim, as instituições governamentais passaram a abrigar nomes relevantes de um movimento cultural surgido antes da Revolução de 1930, mas que tinham também a busca pelo novo como ideal: os modernistas.

De acordo com Velloso (1997, p.14)

[...] o Estado se transformava no tutor, no pai da intelectualidade, ao se identificar com as forças sociais. A argumentação se desenvolvia no seguinte sentido: a partir do momento em que o Estado marca a sua presença em todos os domínios da vida social, não há por que o intelectual manter a sua antiga posição de opositorista ou insistir na marginalidade. De inimigo do Estado, o intelectual deve se converter em seu fiel colaborador, ou seja, ele passa a ter um dever para com a sua pátria.

Após a Revolução de 1930, Vargas se deparou com um Brasil de poderes regionais fortes, muito bem estabelecidos, o que impôs dificuldades ao governo central, com o surgimento de resistências e rebeliões por vários estados do país. Essa característica precisava ser suplantada pelo poder unificado, centralizado na figura do Poder Federal e seu representante maior. Ciente desta necessidade, Vargas, a exemplo dos governos autoritários implantados na Europa, lançou mão de recursos como cultura, da educação, da comunicação, e também da Igreja Católica, para unificar o país política e ideologicamente.

Este objetivo se transformou no projeto maior do governo, com desdobramentos na criação de órgãos de controle e gestão, nas questões da política interna e externa e, mais

³ Nova República ou Era Vargas (1930 a 1945) – Período do Governo Vargas dividido em três fases: Governo provisório (1930 a 1934); Governo constitucional (1934 a 1937); Estado Novo (1937 a 1945)

claramente, nas ações relativas aos segmentos de turismo, propaganda e patrimônio, utilizados como ferramentas principais para se alcançar com êxito a unificação do Brasil. Pode-se apontar como um dos reflexos deste projeto as duas frentes de atuação estabelecidas durante a Era Vargas: uma pelo Ministério de Educação e Saúde (MES), representada por Gustavo Capanema, e a outra pelo DIP, representado por Lourival Fontes.

As ações desenvolvidas pelo MES eram mais refinadas, voltadas para a cultura erudita e a educação formal, contavam com um quadro de colaboradores composto por intelectuais do Movimento Modernista: Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manoel Bandeira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, além de Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

O segundo grupo era formado pelo DIP, que respondia pelas políticas culturais destinadas às camadas mais pobres da sociedade. Suas ações objetivavam ordenar e acompanhar de perto as manifestações culturais de caráter popular, mantendo um rígido controle sobre os meios de comunicação e de expressão de forma geral. Diferentemente do MES, o DIP era composto, predominantemente, por intelectuais de perfil mais rígido e autoritário.

Com objetivos aparentemente semelhantes, o Governo Vargas e os intelectuais do Movimento Modernista conseguiram estabelecer um diálogo. Durante a vigência do Estado Novo, os modernistas colocaram sua arte à disposição dos ideais governistas.

Segundo Velloso (1997, s/p),

No Estado Novo, o intelectual responde à chamada do regime que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma idéia já enraizada historicamente no campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação deste grupo — da torre de marfim para a arena política —, permanecendo o seu papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual — agora engajado nos domínios do Estado — deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político.

Dentre os acordos estabelecidos por Vargas ou seus representantes para o fortalecimento do regime, além da cultura, educação, turismo, propaganda, está a Igreja Católica. Destaca-se como um dos pontos de grande interesse da Igreja, a implantação do ensino religioso nas escolas de ensino primário e secundário. Há também outro item que reflete seu grande interesse e, mais ainda, seu poder de negociação com o governo Vargas: a nomeação de Gustavo Capanema para o MES.

Segundo SCHWARTZMAN (2018, s/p),

[...] significativas [...] são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte do acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos

antes por Francisco Campos. A parte visível deste acordo foi a aprovação, pela Assembléia Constituinte de 1934, das chamadas "emendas religiosas". A parte não dita, mas certamente de consequências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico [...]. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2018, s/p).

Os pactos firmados entre Governo e Igreja, resvalavam diretamente sobre as ações do SPHAN, que por sua vez era subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, por conseguinte, a Gustavo Capanema. Suas ações revelavam o aspecto político presente na instituição, a serviço do governo que a abrigou. A identidade nacional passava primordialmente por elementos ligados aos setores dominantes da sociedade brasileira, e não apenas aos grupos populares. Era preciso, então, registrar e reconhecer valores históricos relacionados a elas, desta forma, justifica-se a importância dada pelo regime às ações do patrimônio no Brasil. Essa valorização pode ser percebida nos processos de preservação, ao se priorizar edificações que simbolizavam a hegemonia destes grupos: construções militares – fortificações –, Igrejas Barrocas, bem como sobrados e casas grandes das fazendas centenárias, exemplares da arquitetura colonial. Os ideais engrandecidos pelo governo ficavam claramente demonstrados na escolha e na quantidade de bens tombados, de acordo com suas características arquitetônicas históricas.

A importância do patrimônio para o Governo Vargas estava diretamente relacionada à sua busca por uma identidade nacional que atendesse aos seus objetivos e aos ideais do Estado Novo. Para a concretização deste projeto era preciso utilizar todos os recursos possíveis, assim, além dos procedimentos do SPHAN, do apoio dos intelectuais e de todo o aparato estatal, criou-se mais um instrumento de apoio à difusão das ideias pregadas pela instituição: a Revista do Patrimônio.

Esta publicação, de responsabilidade do próprio SPHAN teve sua primeira edição em 1937, tendo até 1941 uma publicação anual. Os temas abordados, de acordo com a orientação da instituição eram os bens arquitetônicos, ou chamados de bens de pedra e cal.

As observações apresentadas por Lauro Cavalcanti (2000) reforçam a nossa percepção do uso político do Patrimônio, já identificado por meio dos acordos e relações estabelecidas entre o Governo Vargas e os representantes de segmentos culturais, políticos, entre outros. Segundo o autor, os artigos eram escritos por funcionários do SPHAN a pedido de Rodrigo de Melo Franco, com temas determinados por ele, ou a partir de descobertas feitas em viagens da equipe pelo Brasil. Indiscutivelmente, eram artigos escritos para atender às demandas do chefe da repartição.

De posse destas informações, é correto afirmar que o trânsito de intelectuais no Governo Vargas, especialmente durante o período autoritário, e sua participação efetiva nas ações do governo apontava para a coincidência de objetivos quanto à construção de um Brasil novo, assim como quanto à expansão dos ideais modernistas. Esta confluência de ações e ideais se dava com o apoio institucional, a cessão de recursos estatais e a garantia de segurança financeira, já que, agora, estes intelectuais integravam o staff da República.

Este movimento de aproximação entre o governo, os intelectuais e artistas da época, propiciou o surgimento de instituições que cooperaram para a construção da identidade nacional. Estes grupos exerceram o papel de ferramentas para Vargas, e trabalharam abertamente para a difusão dos ideais estadonovistas pelo Brasil. Dentre as instituições criadas com este objetivo e a partir dele, estão o Instituto Nacional do Teatro (1937), o Serviço Nacional do Livro (1937), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1937) e o Conselho Municipal de Cultura (1938), além do já citado SPHAN.

OURO PRETO: DO INÍCIO DA PRESERVAÇÃO AO ESTADO NOVO

No início do século XX, logo após perder seu status de sede do governo de Minas Gerais, Ouro Preto enfrentava o abandono e todos os prejuízos provenientes deste esvaziamento recente: com sua economia abalada, a cidade apresentava uma redução populacional de cerca de 50%. A despeito dos prejuízos que esta situação impôs à cidade, foi exatamente este revés que propiciou o reconhecimento de sua importância na cultura nacional. Este fato e, principalmente, as reações a ele, colocou a cidade sob os olhares cuidadosos e curiosos de intelectuais e políticos brasileiros, e possibilitou o caminho para sua preservação.

Muitas foram as tentativas de alçar Ouro Preto ao seu habitual lugar de destaque: ações de caráter local, que promoviam a publicação de artigos em jornais mineiros, até ações em âmbito estadual e municipal. Natal (2007) destaca que as primeiras atitudes documentadas em relação à valorização histórica de Ouro Preto datam de 1890. Além destas publicações, foi inaugurado, em 1893, o monumento em homenagem a Tiradentes, agora enaltecido e representado como “herói nacional”. Em que pese todo esse empenho, apenas no ano de 1911, com a passagem do 200º aniversário da cidade é que Ouro Preto teve o prestígio e a valorização reconhecidos, mesmo que temporariamente. Para comemorar a data, a cidade contou com o apoio dos representantes políticos do município e do Estado, não só financeiro, mas para a preparação - reparos e pinturas - das casas, prédios e logradouros.

Certificando a importância do evento, representantes políticos de renome, a imprensa e altos funcionários de toda parte do Estado afluíram para a cidade. Com a chegada dos visitantes, todas as hospedarias, pensões e pousadas foram ocupadas, sendo preciso recorrer a casas particulares para acolher a todos. As comemorações se prolongaram por três dias consecutivos, ressaltando a importância de se manter viva parte da história do País.

Alguns anos após a comemoração do bicentenário da cidade, Ouro Preto voltou a despertar interesses, desta vez, de intelectuais, escritores, jornalistas. Alguns por curiosidade, outros por motivos políticos, ou, ainda, com interesses específicos, como foi o caso de Mário de Andrade, Olavo Bilac, Amoroso Lima, Afonso Arinos, dentre tantos outros, que em suas excursões modernistas buscavam redescobrir o Brasil.

Os esforços da população para minimizar os impactos causados pelo esvaziamento da cidade, ressaltando e preservando as belezas e a história da antiga Vila Rica, e o encantamento dos visitantes – muitas vezes demonstrados em artigos de jornal e revistas, começaram a dar visibilidade à antiga capital do Estado de Minas Gerais.

A gradual “redescoberta” de Ouro Preto, após a perda de seu status político e econômico de capital do Estado, assim como as campanhas empreendidas por intelectuais e artistas da época, com suas publicações e visitas, comprovam que a esta cidade barroca percorreu um longo caminho desde sua exaltação até sua elevação à categoria de cidade-monumento, através da Inspeção de Bens Nacionais do Museu Histórico Nacional, em 1933, por meio do Decreto Federal nº 22.928.

A escolha de Ouro Preto como monumento nacional teve em si um caráter simbólico (CAMARGO, 2002, p. 84). Segundo o autor, a aclamação da cidade se fundamentava em sua importância histórica, artística e arquitetônica, e em seus personagens, que a legitimavam como berço da liberdade e altar da formação nacional.

Braga (2010) aponta que a valorização de Ouro Preto teve início com a perda da sua função política. O novo status foi se estabelecendo com a ajuda dos inúmeros intelectuais que por lá passaram neste período: em 1916, Alceu Amoroso Lima vai com Rodrigo de Mello Franco pela primeira vez à cidade; em 1919, Mário de Andrade se aventura a conhecer a antiga capital mineira; em 1924, Oswald de Andrade e sua excursão modernista, com Blaise Cendrars, Tarsila do Amaral e Mário de Andrade; em 1936, Afonso Arinos de Mello Franco e Pedro Nava fazem sua viagem de reconhecimento. Após esta viagem, Afonso Arinos profere a conferência “Inconfidência Mineira, origens e tendências ideológicas”, no IHGB, na qual destaca que a Inconfidência, por seu significado e pelas mudanças que estabeleceu na vida política brasileira, simbolizava o momento fundador da nossa tradição republicana. (BRAGA, 2010, p. 207).

Em meio a este intenso movimento de visitas e descobertas da cidade, Olavo Bilac publica artigos emocionados em jornais e livros, exaltando a importância da antiga capital mineira, reconhecendo-a como berço da liberdade. Segundo o autor (1893, p.13): “Vir a Minas é vir ao coração do Brasil. Porque nesta terra, perdura religiosamente conservada, a recordação dos primeiros brasileiros”.

Durante o processo de reconhecimento da importância histórica de Ouro Preto, o prefeito João Velloso adota o antigo brasão de armas da cidade como timbre, a ser usado em documentos oficiais. No decreto municipal nº 11, de 31 de agosto de 1931, estão presentes a ideia de preservação e o reconhecimento de valores, por intermédio de expressões como: “raras tradições”; “honrosas tradições”; “digna de relevos, admiração e carinho”; “símbolo de energia e virtude”.

Arrematando o pacote de medidas de valorização e defesa do patrimônio histórico de Ouro Preto, João Velloso, por meio dos Decretos municipais nº12 e nº13, de 1931, reconheceu o Instituto Histórico de Ouro Preto como de utilidade pública, e proibiu a realização de construções que alterassem o estilo arquitetônico predominante na cidade,

estabelecendo como obrigatória a manutenção do “tipo colonial” nas edificações do espaço urbano.

A sequência dos acontecimentos destaca o discurso de Vargas, no qual o presidente revela suas impressões sobre a cidade na qual vivera como estudante, juntamente com um de seus irmãos, realçando a importância dos aspectos históricos e culturais ali existentes:

Aqui, em Ouro Preto, se condensam todas as tradições nacionais, como um patrimônio vivo da nossa história. Na contemplação das suas fases históricas, a partir da era do Descobrimento, nós desvendamos, através dos seus relevos típicos, o período colonial: a catequese, a mineração, as bandeiras e a Inconfidência, que constituiu o passo decisivo da formação da nossa nacionalidade. (VARGAS, 1938)⁴

Já nesse período, é possível se identificar a apropriação do patrimônio para dar suporte à implantação dos princípios varguistas no Brasil. Desta forma, os preceitos de ordem, tradição e religião são largamente manipulados pelo Estado.

Enveredando pelo viés dos acordos entre o Governo Vargas e a Igreja, citados anteriormente, vale observar se a necessidade de se atender a algumas das vertentes nacionalistas estabelecidas no País, como os nacionalistas católicos, liderados pelo Cardeal Sebastião Leme, organizador da Liga Eleitoral Católica - LEC, não teria contribuído para a escolha da antiga capital de Minas Gerais, cidade católica, repleta de igrejas e de tradições, como monumento nacional.

Bóris Fausto (2012, p.186), abordando esta questão, afirma que

Uma importante base de apoio do governo foi a Igreja Católica. A colaboração entre a Igreja e o Estado não era nova, datando dos anos 20, especialmente a partir da presidência de Artur Bernardes. Agora ela se tornava mais estreita. Marco simbólico da colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a 12 de outubro de 1931 - data do descobrimento da América. A Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas. (FAUSTO, 2012, p.186)

Em meio a tantas informações, há um fato que permite poucos questionamentos: a chamada cidade-monumento não fora escolhida por capricho. É este o ponto de partida para se compreender a relação Turismo, Propaganda e Patrimônio no Brasil Varguista, em que se almejava o engrandecimento da história, da cultura, dos valores do Brasil. Associadas a estes fatos, tem-se, ainda, as seguintes questões: a impossibilidade de se desconhecer o

⁴ Trecho de discurso realizado pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1 de julho de 1938, localizado em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/13.pdf/> download>. Acesso em: 5 jul. 2015

valor histórico, cultural e político de Ouro Preto, a despeito de ter deixado de ser a capital do Estado; os relatos de intelectuais acerca da importância histórica da antiga Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto para a identidade nacional, além de suas ligações afetivas com a cidade, a ver Olavo Bilac, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Alceu de Amoroso Lima, Cesário Alvim, Mário de Andrade, dentre tantos outros.

O Governo Vargas, colocando em prática seu projeto da criação da identidade nacional, fazendo uso de duas frentes - MES e DIP - voltadas para públicos de perfis diferentes, passa, juntamente com as ações de reconhecimento e valorização do patrimônio, a lançar mão da propaganda e do turismo. No caso específico de Ouro Preto, é possível identificar essa interação a partir dos momentos imediatamente anteriores à sua elevação a Monumento Nacional.

Considerando-se que a cidade transbordava em significados e elementos identitários, sua associação ao modelo de essência nacional era inevitável. Esta era uma situação que atendia perfeitamente aos anseios e demandas políticas daquele momento. Desta forma, o empenho feito para classificar a cidade, preservá-la e divulgá-la era o resultado esperado, uma vez que reunia todos os componentes necessários para tal: o lugar, com seu quinhão de referências históricas, a representação destas referências na arquitetura local, os ideais libertários que compunham sua narrativa, e a identificação deste conjunto com intelectuais da época. Com esta composição de fatos e emoções, tendo por trás os interesses do Governo, Ouro Preto inevitavelmente se transformaria em um patrimônio histórico-cultural de uso turístico. E assim o foi.

A cidade, antes esvaziada, já contava, na década de 1930, com certa infraestrutura que atendia à chegada de visitantes. Aguiar (2013) destaca que, antes mesmo do seu tombamento, na cidade havia um número significativo de meios de hospedagem - hotéis e pensões. É relevante observar que, para uma cidade de pequeno porte, sem status de capital, a existência destes estabelecimentos era considerável.

No Registro de Lançamento de Impostos para indústrias e profissões entre os anos de 1931 e 1937, localizado no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, observamos as contribuições do Hotel Miguel Anais, na Praça Brandão, do Hotel Floriano Blinder, na Praça Rui Branco, do Hotel Toffolo, de Olívio Toffolo, na rua Tiradentes, da Pensão de Raymunda Arnad, no Pilar, do Hotel Miguel "Curcio" (sobrenome ilegível no original), na rua Tiradentes, da Pensão de d. Amélia Sousa Carvalho, da Pensão de Dolores Ramos, na rua Bobadela, do Hotel de Francisco Lagermani, na rua Diogo de Vasconcelos, entre tantas outras contribuições esporádicas não especificadas. (AGUIAR, 2013, p. 191)

Aguiar (2013) nos mostra, ainda, que a partir do tombamento da cidade, o Governo Vargas, por meio do SPHAN, do MES, do DIP, do Ministério de Relações Exteriores, empreendeu esforços para a ampla divulgação – anúncios em revistas e jornais, divulgação em feiras e eventos diversos fora do país, entre outros - da riqueza histórica de Ouro Preto.

Estas ações resultaram no crescimento da demanda turística, cujos resultados efetivos, segundo a autora, puderam ser notados a partir de 1940.

[...] a cidade começou a figurar nos jornais turísticos acompanhada do aposto “monumento nacional”, demonstração de que a “cidade-monumento”, exaltada por artistas e intelectuais desde princípios do século XX e transformada em monumento nacional no ano de 1933, poderia tornar-se um interessante produto turístico. (AGUIAR, 2003, p. 191)

A relação intrincada entre a política varguista e os segmentos do patrimônio, turismo e propaganda, fica cada vez mais evidente, na medida em que se avança sobre os acordos realizados entre as partes interessadas – governo, igreja, políticos diversos, empresários nacionais e internacionais, entre outros -, deixando entrever o quanto Vargas investiu em seu projeto de criação da identidade nacional. Buscou-se estabelecer a essência do Brasil – patrimônio, cultura e ideologia política – para depois promovê-lo intensamente como lugar aprazível, povo dócil e hospitaleiro, onde se encontrava excelentes condições de negócios, sob a garantia de um governo confiável e seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista do poder pelo grupo revolucionário de Vargas e sua permanência longeva à frente do Brasil permitiu que se delineasse o projeto de Nação a ser implantado no país, identificando-se as ferramentas necessárias para tal e a melhor maneira de usá-las. Tão logo assumiu o governo, Vargas identificou os problemas de um país sem unidade política e identitárias, cujas forças internas eram dispersas e geravam insegurança. Percebendo a necessidade de se estabelecer como um governo coeso, Vargas conduziu esse propósito iniciando pela unificação da essência do povo brasileiro, buscando a ordenação de uma identidade nacional, a partir do agrupamento de elementos que interessassem à construção de uma imagem e de um pensamento que atendessem aos ideais governistas.

Ao trilhar este caminho Vargas promoveu ações de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio histórico nacional, fazendo uso deste elemento como fator de sustentação política, uma vez que o patrimônio justificava a implantação de um dos mais fortes princípios varguistas: o nacionalismo. Envoltos numa trama de história e valorização dos elementos nacionais, a sociedade brasileira passou a ser respaldada por valores de ordem, tradição e religião, manipulados pelo Estado.

O projeto no qual se baseou a construção da identidade nacional se apoiava na afirmação do Brasil como Nação, a unidade política era fundamental para a permanência do novo governo. Para tanto, era fundamental deter amplo controle sobre educação, cultura, impondo-se o culto aos símbolos nacionais, e massificando-se a música, a literatura, a poesia, cujo tema central fosse o Brasil, sua história, sua identidade. Este era um trabalho de base, desenvolvido em todas as camadas da sociedade brasileira, da mais simples à mais

abastada. Como exemplo do alcance destas ações, está a ingerência do governo nas práticas de lazer da população, com a criação da União das Escolas de Samba, que promoveu a oficialização dos desfiles carnavalescos (1935), e a obrigatoriedade de sambas-enredo com temas nacionais (FERNANDES, 2012).

A composição da boa reputação do país, tanto para os brasileiros quanto para os estrangeiros era a parte subsequente do projeto varguista. A construção de uma imagem promissora tinha a intenção de atrair a atenção de turistas, visitantes e investidores para que se promovesse a realização de negócios, visando o desenvolvimento econômico e político do Brasil.

Para alcançar este propósito era preciso, antes de qualquer coisa, conquistar a confiança da população, mantendo-se próximo a ela, fazendo-se o governante como um ídolo, a exemplo do que ocorria nos governos autoritários implantados em países da Europa, cujas características em muito se assemelhavam às do governo varguista. Assim, buscou-se a realização de eventos comemorativos voltados para as classes trabalhadoras, estimulando-se o sentimento nacionalista da população e, conseqüentemente, minimizando a ocorrência de movimentos separatistas ou de rechaço ao governo central, como a Revolução constitucionalista (São Paulo, 1932), a Concentração Autonomista (Bahia, 1932/1937), e a Intentona Comunista (1935).

Ao se alimentar o nacionalismo, desde as escolas - com a produção de cartilhas, livros, revistas, aulas direcionadas -, até os movimentos trabalhistas - eventos comemorativos em estádios de futebol, praças públicas, entre outros, o Brasil embarcava num processo de valorização de suas riquezas - cultura, história, patrimônio, paisagens - passando a ser objeto de publicações no exterior por meio de sua intensa produção literária e artística, além da presença de artistas estrangeiros, oficialmente convidados para desfrutar do carnaval carioca.

Dentro desta lógica estabeleceu-se a relação entre atuação governamental e a cultura nacional, conseqüentemente, entre o governo e o patrimônio histórico, cujos elementos escolhidos pela equipe governista se encarregariam de reforçar a construção da identidade nacional. Juntamente com o turismo, os elementos do patrimônio histórico serviriam aos objetivos propostos.

Num esforço para se compor uma base de apoio do Governo Vargas, a atividade turística foi utilizada, então, como ferramenta ideológica, e, associada ao patrimônio, contribuiu para criação e manutenção da identidade nacional, de acordo com os interesses políticos vigentes.

Observando-se o histórico das medidas governamentais implantadas neste período, é possível perceber que o Governo Vargas reconhecia a importância do turismo como elemento agregador dos valores necessários para a cristalização de uma imagem positiva do País e de seu governante. Isto posto, Vargas institucionalizou a relação entre patrimônio histórico, turismo e propaganda como políticas de governo. A escolha do que seria classificado como patrimônio, o resgate de heróis nacionais, a reconstrução da história do país lançava a base para se alcançar a identidade nacional. Feito isto, o turismo e a

propaganda se encarregavam de divulgar estes valores, trabalhando para a massificação da imagem desejada pelo país, cumprindo sua função de atrair investimentos, conquistar o respeito de outros países e a confiança dos brasileiros, assegurando, por fim, a tão ambicionada estabilidade política para Vargas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leila Bianchi. Cidade morta, cidade monumento, cidade turística: a construção de memórias sobre Ouro Preto. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro. (orgs.). *História do turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BILAC, Olavo. *Chronicas e novelas: 1893-1894*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00290500/002905_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRAGA, Vanusa Moreira. Relíquia e esperança. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRESSAN, Maria Lúcia P. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. In: *Revista do Patrimônio*, n. 35, IPHAN, 2017, organização Andrey Rosenthal Schlee, p. 13-32. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CAMARGO, H. L. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na repartição*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MINC – IPHAN, 2000.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e Arquitetônico no estado da Bahia (1927 –1967)*. 2014. 171p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17625/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Vanessa%20de%20Almeida%20D%C3%B3cio.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS: teoria e práxis, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba, identidade nacional e o direito à cidade. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. v.16, n. 418 (47), 01 nov. 2012

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultural e o contexto pan-americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/CPDOC, 2012.

IPHAN. *Revista do IPHAN*. [S.l.]: [s.n.], n. 22, 1987. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7941>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 2007. 233p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000402798>>. Acesso em: 29 jan. 2015

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B., COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV: Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em: <www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit1.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

VELLOSO, M.P. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39298/24117>>, 1997. Acesso em: 30 maio 2018

VIANNA, Andrea de Albuquerque. *Turismo, propaganda e patrimônio no Brasil: um encontro à luz de fragmentos da correspondência política de Oswaldo Aranha durante a Era Vargas (1930-1945)*. Natal, 2018. 245f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.